



Desapego Apaixonado: Subjetividade, Política e Pandemia

Passionate Detachment: Subjectivity, Politics and Pandemic

*Francisco Julião Marins Bedê¹ 

*Gabriel Souza Cerqueira² 

Resumo

Em 2020, o mundo foi atingido pela pandemia de SARS-CoV-2. A crise econômica e sanitária resultante traz uma série de questões que permeiam a sociedade deste século, o sistema global e que tem impacto significativo na elaboração das subjetividades dos sujeitos modernos em relação à sociabilidade e à política. Portanto, o objetivo deste artigo é dar interpretação a alguns aspectos trazidos pela atual crise no que diz respeito à ancoragem simbólica das subjetividades. Mobilizando uma literatura multidisciplinar da sociologia, psicanálise e teoria política, com especial atenção aos autores cujas teorias visam unificar estas esferas, como Cornelius Castoriadis e Slavoj Žižek, o trabalho está estruturado em três questões principais e interdependentes: a dimensão histórica da temporalidade e a relação subjetiva com o tempo; a relação entre o imaginário social e as dimensões da alteridade e sociabilidade; o problema da ancoragem simbólica e da ação política em uma conjuntura de crise.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Teoria política. Subjetividade.

Abstract

In 2020, the world was hit by the SARS-CoV-2 pandemic. The resulting economic and health crisis brought a series of issues concerning this century's society, the global system, and that has a significant impact on the subjectivity of the modern subject, especially regarding sociability and politics. Therefore, this paper aims to interpret some aspects brought to light by the current crisis involving the symbolic anchoring of subjectivities. Mobilizing multidisciplinary literature of sociology, psychoanalysis, and political theory, with special attention to authors whose theories somehow unify these spheres, like Cornelius Castoriadis and Slavoj Žižek, the paper is structured in three main and interdependent questions: the historical dimension of temporality and the subjective relationship with time; the correlation between the social imaginary and the dimensions of otherness and sociability; the problem of symbolic anchorage and the need for political action in a crisis context.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPG-SOC/IESP/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8613-4004>.

² Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Direito e do Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF, Niterói, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9309-0444>.

Keywords: Covid-19. Pandemic. Political theory. Subjectivity.

Introdução

Em 2020 fomos todos atingidos pelas consequências da veloz e avassaladora pandemia provocada pelo novo vírus SARS-CoV-2, que colocou em quarentena mais da metade da humanidade. A crise econômica e sanitária decorrente traz à luz (porque escancara seus efeitos) uma série de questões que atravessam a sociedade e o sistema global nessa virada de século. São questões de caráter paradoxal que expressam-se em algumas contradições: 1) Um inimigo invisível e silencioso, cuja capacidade destrutiva em termos de vidas humanas e custos econômicos só aparece quando é “tarde demais”, tornando necessários esforços quase de guerra; 2) Uma crise econômica que desafia o cerne da lógica do atual mercado global e perante a qual o Estado vê sua capacidade de direção testada ao extremo; 3) Uma espécie de colapso da normalidade da vida social que faz ecoar as previsões das terríveis catástrofes ambientais encaminhadas pela dinâmica do desenvolvimento acelerado da civilização capitalista, mas que em si mesmo constitui uma dinâmica distinta: uma crise gerada por um vírus cujo surgimento apresenta causas relativamente específicas e contingentes.

Essas questões vêm provocando impactos significativos na forma como se elaboram as posturas subjetivas dos sujeitos em relação à sociabilidade e à política, que, até serem exacerbadas na crise sanitária, eram frequentemente negligenciadas pelo *mainstream* das ciências humanas. Nosso argumento é que a pandemia de Covid-19 leva esses impactos ao limite e os torna mais claramente visíveis. Desse modo, o objetivo desse ensaio é dar interpretação a algumas questões e desafios colocados pela (e não exclusivamente na) conjuntura, que se relacionem ao impacto que a atual crise provoca na ancoragem simbólica das subjetividades.

A abordagem se divide em três grandes questões interdependentes, analisadas em cada uma das partes deste ensaio. A primeira enfoca a dimensão histórica da temporalidade e os efeitos que um evento de espectro catastrófico tem na relação subjetiva com o tempo. A mudança brusca no ritmo da vida, na circulação espacial e na ordem planejada do futuro nos revelaram o quanto estávamos entregues a um processo de fetichização de uma certa linearidade temporal, ordenada, eterna, coerente. Vamos argumentar que essa relação fetichista, no limite, nega a contingência própria à historicidade e despolitiza a atividade humana porque joga para longe a noção de contradição e conflito no processo histórico.

Em segundo lugar, essa relação imaginária com a realidade temporal afeta diretamente uma dimensão que lhe é própria: a alteridade (com suas inconsistências, descontinuidades e criação/inação). Essa postura subjetiva, que quer o tempo todo naturalizar a natureza, tem como implicação a descaracterização da política como arte, sintomatizada no sentimento de desolação, paralisia, confusão mental diante de fatos de alto impacto político. Em suma, é uma forma de subjetivação marcada pela negação da política, que, diante da crise e da necessidade de fazer política de forma não dogmática, reage com um *pathos* negativo ingênuo, pessimista (em seu sentido mais profundamente religioso) e cético.

Desde os anos 1990, a hegemonia da ordem neoliberal trouxe para o seu centro a fantasia do fim das ideologias, do fim da história (e do fim das contradições inerentes ao processo histórico), o que nos leva ao terceiro ponto: a conjuntura atual

recoloca definitivamente o velho problema de “o que fazer?”. A necessidade de transformação nos confronta invariavelmente com a emergência de um agrupamento infinito de conhecimentos baseados numa noção neoliberal de identidade que desloca o potencial crítico das ciências humanas para uma confusa zona moral. Esse deslocamento enseja uma prática político-intelectual perversa que é incapaz de oferecer uma experiência de alteridade com um universo simbólico universal e inclusivo – pelo contrário, oferece uma série de códigos simbólicos hiper restritivos e sempre já ritualizados.

Como elemento disruptivo, a pandemia coloca para as ciências humanas desafios interpretativos importantes. Para lidar com eles sem cair em repetições ou velhas interpretações, partimos de um agrupamento heterodoxo e interdisciplinar de referências. Do ponto de vista do enquadramento teórico-metodológico, este ensaio se propõe, como se verá, a uma análise de conjuntura a partir da aproximação referências transdisciplinares entre as ciências sociais (especialmente a sociologia e a ciência política) com a psicanálise e estudos culturais, porém sem um compromisso dogmático com teorias específicas. Estamos baseando nossas interpretações, portanto, a partir de intervenções teóricas que explorem esse contato transdisciplinar, com destaque especial para Cornelius Castoriadis e, sobretudo, Slavoj Žižek. Pensamos que esse elemento novo na vida social exige também uma postura aberta a experimentações analíticas, de modo a ser possível encarar de frente e quebrar a relação idealizada com tempo; recolocar a centralidade da política numa investida contra a sua negação (afinal não há outra saída); e reconhecer que o isolamento (ironicamente) oferece uma oportunidade de fazer emergir uma subjetividade que se desapegue da ordem vigente e reconstrua um caminho para a transformação.

O Feitiço do Tempo

"Você precisa entender que você não faz a linha do tempo, o vírus determina a linha do tempo. Então você tem que responder de acordo com o que vê acontecer." (LEBLANC, 2020, tradução nossa). Essa afirmação foi feita pelo diretor do *National Institute of Allergy and Infectious Diseases* (e, então, líder de fato da força tarefa da Casa Branca contra a Covid-19), Anthony Fauci, cerca de dois meses após o primeiro caso identificado. Inadvertidamente ela evoca um esquecido ensaio de Lacan sobre a temporalidade. Publicado em 1945, Lacan levanta a hipótese de que tempo não é uma categoria da experiência sensível, mas uma categoria lógica. O tempo lógico não é necessariamente objetivo, ao contrário, é um conceito que exclui pretensões de atemporalidade e a eternidade. A própria dinâmica do cálculo lógico seguirá uma referência inevitável a uma temporalidade que não é relativa ao toque do relógio, mas é o produto de certas articulações intersubjetivas. Isso leva Lacan (2006) a diferenciar o tempo cronológico da experiência sensível, da natureza desumanizada, e o tempo lógico da ação do sujeito.

No isolamento forçado pela pandemia, na reclusão de suas casas, indivíduos e coletividades ao redor do mundo depararam-se com a estranha experiência de uma vida imóvel que se justapõe à desconcertante aceleração dos acontecimentos. Com o cotidiano de uma quarentena relativamente global, vivenciou-se de forma algo inédita a experiência de um “tempo suspenso”, “congelado”: a ordem (ou a simples necessidade) de quarentena opera como uma espécie de botão de pause na vida social,

trazendo uma inércia que suspende o fluxo normal dos processos e torna indiferente a passagem do tempo, fazendo de todos os dias os mesmos dias. Tal fenômeno encontrou sua ilustração mais expressiva, nos primeiros meses da pandemia, nas praças e avenidas desertas das grandes cidades, no céu estrelado das paisagens outrora poluídas e na imagem de animais circulando livremente em bairros outrora movimentados. Tornou-se possível vislumbrar a impossível suspensão da dinâmica da vida social, captando de relance a imagem do cancelamento da vida moderna que parecia eternamente restrita às ficções dos filmes e romances pós-apocalíptico o vazio de um mundo imóvel.

Desde a década de 1980, setores da teoria sociológica se dedicam pensar a dinâmica da modernidade e da globalização em termos de risco. Segundo essa interpretação, a globalização e a radicalização dos efeitos da modernidade (no que se conceitua como segunda modernidade, em detrimento das ideias de “pós-modernidade”) ensejam novas formas de risco que não existiam em épocas anteriores. Como afirma Anthony Giddens (2008, p. 65), são “riscos manufaturados”, que não têm mais causas facilmente estabelecidas e efeitos conhecidos, mas são incalculáveis e de consequências indeterminadas, tais quais os riscos ambientais, tecnológicos e riscos à saúde, que confrontam a sociedade contemporânea com os efeitos de nossas próprias ações. De fato, a crise da Covid-19 (uma crise que atravessa fronteiras e não é limitada nem temporal nem socialmente) reaqueceu a discussão popularizada por Ulrich Beck (2011) na década de 1980 sobre a sociedade moderna globalizada como uma “sociedade de risco global”. Na sociedade de risco não há guia seguro sobre os novos perigos³ e, confrontados com o processo de intensificação da lógica da individualização, cada indivíduo é forçado a tomar decisões acerca dos riscos que está pronto a correr. Isso porque as novas formas de risco não se limitam, como observa Beck (2011), aos riscos em si, mas a uma série de mudanças na vida social acarretadas por essas transformações, dentre eles, adicionaríamos, as formas de subjetivação.

Assim, a principal característica da ordem moderna global seria, precisamente, a gestão desses riscos. No esteio dessa reflexão, Giddens (1991, p. 88) se propõe a acoplar ao “risco” a noção de confiança, como um elemento central para a acomodação dos sistemas abstratos que, com a modernidade, substituem as formas tradicionais de confiança. A confiabilidade é um elemento fundamental dos mecanismos de reencaixe característicos da teoria sociológica de Giddens. Confiança e risco, portanto, estão relacionados entre si. Temos de ter confiança em autoridades (parte dos sistemas abstratos) para quisermos enfrentar os riscos que nos ameaçam e reagir a eles de forma efetiva.

Essas reflexões vêm ganhando terreno pois tem se provado relevantes para analisar a conjuntura da pandemia de Covid-19 e suas múltiplas implicações (inclusive nos processos de esfacelamento da confiança em instituições de mediação simbólica) e, embora fuja ao espoco desse artigo uma discussão sobre teoria sociológica nesses termos, consideramos relevante pontuar a existência dessa corrente teórica. Ademais, mesmo que nunca explicitamente, as observações de Giddens e Beck apontam transversalmente para os efeitos subjetivos que a relação risco-confiança

³ Deve-se ressaltar que, embora encerre riscos inéditos, esse processo da “segunda modernidade” e da globalização também incentiva o uso de suas novas tecnologias e recursos em formas de colaboração e coordenação global no combate aos perigos. Vide a velocidade impressionante no desenvolvimento das vacinas contra o vírus SARS-CoV-2.

enseja. Ainda que mobilizando uma outra linha interpretativa, nos preocupamos precisamente com os efeitos da atual crise nas formas de subjetivação (daí a rápida menção a teoria do risco), dentre eles (o mais evidente, talvez) o desencaixe da experiência temporal.

Chenyang Wang (2019), professor baseado na *East China Normal University*, afirma que a teoria lacaniana do tempo ajuda a compreender a forma muito distinta com qual o tempo é experimentado na modernidade. Segundo o autor, Lacan oferece não só uma interpretação filosófica do tempo em si, mas uma consideração sobre a existência subjetiva no tempo e o significado de se viver temporalmente. Como que corroborando esta interpretação, a crise da pandemia de Covid-19 escancara a relação fundamental entre tempo e subjetividade. Não há de ser trivial que o original de Lacan tenha sido escrito e publicado também numa conjuntura de crise avassaladora. Ao interpretar Lacan, Wang (2019, p. 227) propõe que a noção de tempo na teoria lacaniana vai além de uma categoria unitária e unidimensional. Há uma tensão entre o que chama de tempo Real (que não é determinado pelo Outro e, sim, auto-determinado) e o tempo Simbólico (predeterminado pela experiência intersubjetiva). Essa tensão é frequentemente encoberta por uma lógica temporal entendida como uma experiência imaginária.

O tempo Imaginário é responsável pela estranha experiência de hesitação e pressa. É a fantasia de agir como sujeito sem se comprometer com o ato ético que suspende a ordem simbólica. A existência de múltiplos registros temporais na obra de Lacan não leva a vários processos temporais independentes, dentre os quais o indivíduo pode escolher. Ao contrário, tais registros temporais são constantemente mistos e entrelaçados, simultaneamente dando forma à maneira como guardamos os eventos na memória, vivemos no presente e antecipamos o futuro (WANG, 2019, p. 228-229).

A segunda proposição de Wang (2019, p. 231) é de que a noção de tempo na obra de Lacan é caracterizada por um senso radical de alteridade (outridade/*otherness*). Na ordem simbólica, espaço do domínio da linguagem, cada significante é desprovido de sentido e é constituído puramente pela diferença entre o Eu e o Outro. O sujeito, assim, é pego em um processo de formação simbólica que não está inteiramente ao seu alcance. Quando confrontado com a presença enigmática e impenetrável do Outro, o sujeito se vê paralisado. É nesse momento de paralisia que nos perguntamos: "em que tempos estou/estamos vivendo?" – questão fundamental para a existência simbólica de cada sujeito.

Do ponto de vista das preferências individuais, nós sempre procuramos determinadas experiências temporais ao passo que evitamos outras que nos pareçam desagradáveis ou incompatíveis em determinada circunstância, mas o tempo não está sempre sob controle. É importante reconhecer esses momentos inesperados, que não podem ser facilmente integrados a uma autonarrativa ou ao passado, presente, futuro, já que o desafio que eles colocam para nosso senso de coerência oferece uma oportunidade valiosa de reexaminar o tempo em que estamos vivendo. (WANG, 2019, p. 232).

Esse senso de alteridade permite pensar a relação dos sujeitos e atores sociais com o tempo para além do ponto de vista temporal baseado na noção transcendental do "eu percebo" (ou seja, da experiência sensível dos sujeitos como limite da verdade) em direção a uma teorização mais complexa da subjetividade no tempo.

A essa temporalidade na formação das subjetividades dos sujeitos Wang (2019, p. 235) chama de "tempo sintomático", porque envolve a negociação entre múltiplas forças temporais que brigam por domínio: a forma como experimentamos o tempo como uma sucessão de momentos e entendemos o vir-a-ser como linear e progressivo é resultado da repressão dos registros temporais irrepresentáveis que determinam nossa condição. Sob essa perspectiva, o conforto (pelo frágil senso de coerência que produz) dado pela ideia de uma origem historicamente definida é melindrado pela imprevisibilidade e alienação do presente vivido (um presente no qual a origem descentrada do sujeito realmente reside) e esgarçado enquanto ilusão.

Essa é uma das experiências subjetivas centrais produzidas pela pandemia de Covid-19. Primeiro porque ela radicaliza uma experiência de aceleração temporal provocada pelo imperativo dos eventos. Segundo, porque a resposta a esse ritmo, que também obedece ao ritmo de contágio, foi um inédito movimento de afastamento. O distanciamento social em escala global (que, mesmo não atingindo horizontalmente todas as pessoas diante da desigualdade socioeconômica, as afeta transversalmente) transformou, pelo menos por enquanto, radicalmente a experiência de alteridade. O efeito mais notório e imediato é a tendência a uma profunda sensação de desorientação temporal no sentido de ficarmos todos em alguma medida paralisados. Uma sufocante dificuldade de tomar decisões, de se orientar em relação ao futuro, rememorar o passado e se localizar do presente.

Simultaneamente, o advento da pandemia fez espalhar-se pela atmosfera e infiltrar-se nas casas a inquietante certeza de que esse mundo imóvel está a reboque de uma história que pisa fundo no acelerador. Nas multidões crescentemente desempregadas e desassistidas em diversos países, no temor do alastramento do vírus e na incerteza sobre o retorno à normalidade, nos monumentais planos voltados para a sobrevivência das economias nacionais e do sistema financeiro, no universalmente louvado esforço dos trabalhadores dos sistemas públicos de saúde e demais trabalhos essenciais (muitos desses até recentemente conhecidos como "trabalhos não qualificados"), nas peças que começam a decisivamente deslizar no tabuleiro geopolítico. Emanando de todos os poros da vida social essa descoberta, acompanhada pela sua denegação fetichista (expressa na fórmula "eu sei, mas escolho viver como se não soubesse"⁴), de que Inês definitivamente é morta. Descontadas as velhas e exageradas afirmações de que "nada será como antes", tornou-se claro que, em múltiplos aspectos decisivos, o mundo anterior à pandemia é um para o qual jamais voltaremos.

Se Wang (2019) estiver certo na sua proposta de que o tempo, em seu aspecto psíquico, é experimentado como sintoma, extrapolado para o universo das relações sociais, é possível afirmar que o tempo é experimentado sobretudo como fetiche, no sentido de que é vivido como uma naturalização e um encobrimento (uma substituição).

⁴ O impulso de denegação fetichista (de "virar o rosto", de "não querer saber de nada disso") para com traços traumáticos presente na realidade é constitutivo da subjetividade e, em diferentes graus e modalidades, está sempre presente na construção do laço social (ŽIŽEK, 1992, p. 78-82).

Ou seja, é vivido através do processo de transformação de aspectos subjetivos⁵ em objetivos. Se o tempo sintomático da formação das subjetividades aparece na transação entre as outras dimensões temporais (como por exemplo na angústia do “que fazer?”, diante de um evento que exige reação), no fetichismo do tempo, o sujeito continua a viver a realidade magicamente, ancorado a uma fantasia de coerência.

É algo similar à dinâmica da ideologia diagnosticada por Slavoj Žižek (2011). Segundo o filósofo esloveno, a formação das posições ideológicas mais frequentes na contemporaneidade se movimenta no eixo entre o programa do sintoma e o programa do fetiche, a partir do afastamento/aproximação das posições ideológicas em relação aos eixos sintoma/fetiche e identificação/distância. A ideologia funciona cada vez menos de modo sintomal e cada vez mais de modo fetichista. Cada vez menos dentro do paradigma do “retorno do recalcado” – onde o sintoma é a exceção à falsa aparência, o elemento através do qual os sujeitos experimentam a traumática inconsistência de seu universo simbólico – e cada vez mais no paradigma da razão cínica, onde o fetiche atua como personificação da mentira que permite aos sujeitos, ao mesmo tempo, sustentar uma verdade insuportável e evadir-se de confrontá-la (ŽIŽEK, 2011, p. 84).

Contudo, a fronteira entre esses paradigmas é, muitas vezes, imperceptível. Um mesmo objeto pode funcionar como sintoma ou fetiche. A diferença substancial, do ponto de vista da sustentação, é que o sintoma opera como um “centro” de mediação entre uma verdade reprimida e a fantasia social. O fetiche é a sustentação da própria fantasia. Se esse elemento excepcional for perturbado, todo o sistema desmorona. A experiência catastrófica do capitalismo de desastre extrapolada na pandemia gera uma reação próxima ao que ocorre no filme *O feitiço do tempo*⁶, em que a personagem cansada da rotina enfadonha e repetitiva do trabalho desenvolve uma atitude cínica e cética em relação a vida, até ser forçado a reviver o mesmo dia inúmeras vezes. A repetição então produz o resultado paradoxal de perturbar a fantasia de coerência do tempo na “realidade”, gerando um desmoronamento, uma desfetichização do tempo experimentado como linear e progressivo.

Tendo em vista esse papel constitutivo do fetiche na contemporaneidade, bem como a possibilidade de seu deslocamento, é preciso recuperar a centralidade da noção de contradição, porque algumas situações (nesta conjuntura de pandemia) imprimem sentimentos e práticas contraditórias. Não necessariamente no sentido da dialética hegeliana de absorção de oposições e produção de uma razão unitária. Ao contrário, nos referimos aqui à necessidade analítica de pensar a estrutura social (e a cultura) como imersas nas temporalidades da história, ou seja, naquilo que William Sewell Junior (2005, p. 280) chama de “lógicas da história”: a fatalidade, eventualidade, a heterogeneidade causal, contingência e, enfim, o caráter contraditório do processo histórico. Portanto, “contradição” aqui, como um elemento dos modos de subjetivação modernos, tem o sentido de algo quase “nonsense”, que quebra o fluxo de significação e desafia a leitura normativa. Para isso é preciso abraçar certa noção de totalidade⁷, mas não como um ideal de ordem e sim totalidade como a noção crítica do materialismo histórico-dialético, onde

⁵ Como o caráter abstrato do valor da forma-mercadoria em Marx (1996, p. 199).

⁶ No original *Groundhog Day*, de Harold Ramis.

⁷ Estamos pensando a importância de se recuperar a noção de totalidade (em sua relação com elementos locais) para a epistemologia das ciências humanas conforme foi ressaltado por Milton Santos (2006, p. 100-117).

situar um fenômeno não signifique ver a "harmonia oculta do Todo, mas incluir em um sistema todos os seus 'sintomas', seus antagonismos e inconsistências" (ŽIŽEK, 2011, p. 96). Para a análise de conjuntura, identificar a contradição é a condição primeira para novas possibilidades de interpretação.

É justamente essa experiência de inconsistência da totalidade social, de "desarmonia do Todo", que até certo ponto se impôs no atual contexto. Sabendo da verdade do turbilhão enquanto presos a uma vida em suspenso, os sujeitos confrontam-se com a radical contingência alojada no cerne da nossa existência, deparando-se com a inescapável realidade da ausência de garantias na medida em que o fenômeno da pandemia inescapavelmente abre uma janela para a experiência de que o nosso ponto de sustentação, a instituição social, é nada além de criação histórica. Se o mundo social, de fato e de direito, é o ponto de ancoragem de nosso ser, se é aquilo que existe marcado no corpo e inscrito nas palavras antes mesmo que possamos dizer algo a respeito, é também o caso que só pode sê-lo porque não têm consistência própria, é puro semblante (uma sombra sustentada pelos pactos implícitos em nossas ações).

A ideia de que o mundo social opera como ponto de ancoragem – que viabiliza a ficção de que esse mundo social é uma entidade dotada de consistência própria – foi elaborada em profundidade por Cornelius Castoriadis ao tratar da relação entre imaginário social e heteronomia. Na abordagem de Castoriadis (1982, p. 139-200 e p. 385-418), as vivências e as práticas efetivas dos sujeitos nunca podem ser reduzidas a uma "existência real" claramente determinada (seja ao nível da "realidade" imediata, da racionalidade ou de uma suposta lógica sistêmica/estrutural), dependendo sempre da criação (indeterminada) de um universo simbólico compartilhado enquanto referência comum, um imaginário social que encarna-se nas instituições que organizam nosso fazer e nosso representar, articulando nossa subjetividade ao mesmo tempo que é moldado por nossos atos concretos.

Não por acaso, para Castoriadis (1982) os sujeitos apresentam uma forte tendência a uma relação de heteronomia com as instituições, uma tendência à crença de que a ordem social é dotada de garantias quanto a sua consistência, como se existisse por conta própria. Esse tipo de relação traduz-se em forte apelo (inconsciente) pela ocultação das diversas expressões do "caos", do "abismo" que ameaça a plenitude desses universos simbólicos. O "abismo" da própria psique, da imaginação radical do inconsciente que permanece para sempre insondável; o "abismo" da criação social-histórica, da ausência de fundamentos inerente ao imaginário social e às instituições vigentes; o "abismo" do próprio mundo, a contingência inerente à existência humana e que sempre ameaça "puxar as cortinas" e revelar que nossa realidade (social) é nada além de uma ficção simbólica (CASTORIADIS, 1987, p. 385-406). Embora multifacetados quanto a seus efeitos concretos na existência particular de cada indivíduo e coletividade, processos altamente disruptivos como revoluções, crises econômicas severas, guerras, desastres naturais e, nesse caso, a pandemia de Covid-19, têm como característica marcante fazer presente esse traumático "abismo" que os seres humanos buscam domesticar e manter à distância.

Desse modo, a angústia que emerge no impasse da pandemia e que emana do desarranjo contido em suas contradições e paradoxos, carrega algo mais que o sofrimento daquilo que é imediatamente vivido. Está prenhe da experiência da

inconsistência desse nosso ponto de ancoragem simbólica (que também sustenta nossas experiências de sociabilidade e alteridade), uma perda de esteio própria de estar *out of joint*⁸ (“fora do firmamento”). Expressa-se naquilo que Žižek (2017), a partir da aceção central de Freud, interpreta como sofrimento psíquico: uma angústia cuja causa não é localizável na realidade imediata, um sofrimento que emerge da nossa proximidade excessiva com o Nada⁹. O sofrimento de experimentar tal perda de esteio pode acarretar impactos psicopatológicos na vida dos sujeitos (confusão, somatização, apatia, depressão, compulsão, delírio) que enfraqueçam a capacidade de indivíduos e coletividades de resistir ao arbítrio. Torna-nos mais suscetíveis aos chamamentos políticos que apelam para um tipo perverso de *acting out* (uma “resolução” irrefletida dos impasses avessa à elaboração simbólica). Em outras palavras, afeta a capacidade dos sujeitos de exercer, individual e coletivamente, uma postura ativa e autônoma no rumo dos acontecimentos, podendo encaminhar afetos destrutivos e o impulso por submissão a alguma autoridade que se imponha na vida social. Na prática política concreta, vemos, por exemplo, a manifestação de uma política absolutista e perversa, regida pela *pulsão de morte* que passou a emanar do Brasil e outras partes do mundo em tempos recentes¹⁰.

Síndrome de Tocqueville

Em Florença, no ano de 1817, Henri-Marie Beyle (famoso sob o pseudônimo de Stendhal) entra na Basílica de *Santa Croce*, onde estão os restos mortais de Galileu Galilei, Michelangelo e Nicolau Maquiavel e imediatamente sofre uma espécie de surto. Uma série de somatizações o levam ao desmaio que posteriormente é interpretado pelo próprio Stendhal em seus diários como uma reação às “fortes emoções” causadas pela “beleza sublime” daquela experiência. Esse caso se tornou objeto de estudo da italiana Graziella Margherini, por muitos anos psiquiatra do Hospital *Santa Maria Nuova*, também em Florença. Sua atividade profissional a levou a catalogar inúmeros casos similares aos do escritor francês, em geral turistas acometidos por uma série variada de sintomas psicossomáticos sempre atrelados a alguma experiência estética provocada na visita à cidade toscana. Os dados desses casos deram forma ao que Margherini popularizou, em 1989, como Síndrome de Stendhal¹¹. De maneira sintética, a síndrome consiste em um conflito de natureza estética, uma perturbação que afeta viajantes em cidades de grande patrimônio artístico e apresenta uma sintomatologia diversa: angústia, ataques de pânico, paralisia, vertigem, alucinações.

Com eventos de alto impacto político ocorre algo análogo. Uma forte desestabilização que nos leva a experimentar sintomas similares e caminhar para uma

⁸ Optamos por manter algumas expressões nos seus idiomas originais, seja pela perda de sentido na tradução, seja pela pregnância enquanto conceito.

⁹ “Nada”, aqui, refere-se ao vazio constitutivo de toda ordem simbólica (de toda realidade socialmente instituída), aludindo à precariedade da ilusão de que a instituição social seja capaz de prover alguma garantia de sentido para os sujeitos (ŽIŽEK, 2017, p. 1-50).

¹⁰ A relação entre um exercício autoritário do poder e o gozo com a morte – a relação entre submissão irrestrita à autoridade e uma subjetividade perversa (subjetividade fascinada e apegada a paixões e desejos mórbidos) – é conhecida de longa data pela psicanálise. Uma brilhante mobilização dessa noção de pulsão de morte para compreender a atual conjuntura política do Brasil foi feita por João Moreira Salles (2020).

¹¹ Ver Margherini (1989).

posição de paralisia e ceticismo. Algo que, pelo efeito metafórico, chamamos de Síndrome de Tocqueville, em referência àquele conservador liberal, admirador da experiência norte-americana e algo resignado com a modernidade. Nas suas *Lembranças de 1848* (2011), um livro “escrito ao correr da pena”, Tocqueville exhibe uma reação diante do maior acontecimento político da sua vida adulta (as revoluções populares daquele ano) atravessada por desespero e desalento. Suas descrições do dia 24 de fevereiro, ponto alto das jornadas revolucionárias em Paris, e do dia seguinte, são mergulhadas em ceticismo: do caminhar melancólico pelas ruas da cidade ao forte sentimento de paralisia política, como já havia notado Raymond Aron (2000, p. 252). O subtítulo alude, enfim, a uma posição (deliberada ou não) paralítica e fundamentalmente negativa em relação a situações de conflito político insuportável, que deve ser superada pelo esforço de recuperação da política e da arte de fazer política (será mera coincidência que o surto de Stendhal se dá num período de relativo exílio autoimposto após o Tratado de Fontainebleau, diante dos restos mortais de Maquiavel?).

Ainda que sabendo dos desafios e dos riscos, não devemos hesitar em afirmar o carácter fundamentalmente político do impacto subjetivo dos impasses da conjuntura da pandemia de Covid-19. Aquilo que em nós está sempre parcialmente desancorado, “*out of joint*”, é fonte de angústia, mas também da criação. É fonte da liberdade e do surgimento do novo exatamente na medida em que esse angustiante “desarranjo” constitutivo dos sujeitos é o Inconsciente em seu sentido decisivo: uma pulsão corpórea e uma atividade fantástica (imaginária) que recusa deixar-se capturar por qualquer identidade e qualquer objeto específico, introduzindo sempre um “desencontro” entre a subjetividade e sua realidade (social) imediata. Não obstante, é esse angustiante impasse que abre a possibilidade da *poiesis*, a possibilidade de intervenção do “abismo” da imaginação radical que é a fonte indeterminada de novas formas, novas figuras, novos sentidos, novas determinações (CASTORIADIS, 1982, p. 315-379).

Tal qual o Sertão de Guimarães Rosa, o Nada “é do tamanho do mundo” e “está dentro da gente”: a verdadeira criação, a postulação de novos fundamentos para uma nova instituição, só é possível quando perdemos (parcialmente) o esteio da nossa existência e nos lançamos numa aposta voltada para o novo. Como nos lembra Žižek (2008), não existe vida social sem que indivíduos e coletividades estejam, mesmo sem saber, apaixonadamente apegados àquilo que sustenta o que está dado. O desapego à instituição presente (mesmo que desencadeado no bojo da crise) é o que traz a possibilidade de nos apegarmos apaixonadamente ao que (ainda) não existe¹². “Aquele que vem a mim e não odeia seu próprio pai, e mãe, e esposa, e filhos, e irmãs, e mesmo sua própria vida... esse não pode ser meu discípulo”, essas aparentemente

¹² Žižek (2008, p. 263-328) reelabora a noção de apego apaixonado desenvolvida por Judith Butler (2017) em sua obra “A vida psíquica do poder”. Trata-se, nesse caso, da ideia de que a normatividade – as coordenadas de sentido preestabelecidas no mundo social – seria um fenômeno carregado de afeto, algo entrelaçado nos sentimentos viscerais dos sujeitos. A norma é a única coisa que provê uma (falsa) garantia de sentido em nossas vidas, razão pela qual ela torna-se em si mesma um foco central de apegos apaixonados (de compromissos afetivos constitutivos) por parte de indivíduos e coletividades. Não obstante, a possibilidade de um gesto negativo radical, de uma postura de desapego para com o que está instituído, está sempre presente para os sujeitos. Na visão de Žižek, a compreensão dessa dinâmica subjacente relativa aos (des)apegos apaixonados seria central para uma elucidação do mundo social e dos processos políticos.

terríveis palavras de Cristo, ganham assim sua real conotação: aquela ou aquele que não desapega da instituição presente jamais trará as Boas Novas¹³.

Em se tratando do cenário contemporâneo, as diversas expressões desse apego apaixonado que sustenta o mundo dado vêm acarretando consequências dramáticas muito anteriores à pandemia e será fator decisivo em seus desdobramentos. Não obstante a crise atravessada pelas sociedades neoliberais a mais de uma década, é esse tipo de subjetividade apaixonadamente vinculada ao neoliberalismo que expressa-se em toda a sua ambivalência nas posturas dos indivíduos e coletividades: sujeitos altamente ativos, flexíveis e capazes de enfrentar mudanças e incertezas constantes; sujeitos desnorteados, paralisados pelo tempo imediato e incapazes de traduzir impasses/aspirações/angústias na elaboração e afirmação de novas coordenadas para a vida social. Um tipo de subjetividade dinâmica e fluída, mas politicamente impotente.

A realidade da dança especulativa do capital que dita, com indiferença, o destino das sociedades sob égide da financeirização irrestrita, acarreta uma vida material árdua e incerta para a grande maioria em contraste com o acúmulo sem precedentes de capital por parte de poucos indivíduos. É uma realidade correlata dessas formas de subjetivação cujas crescentes modalidades de gozo e de liberdade fundam-se no incapacitante apego ao banimento do exercício substantivo da política. O neoliberalismo consiste, portanto, em uma forma paradoxal de autoritarismo cuja modalidade de exercício de poder opera visando o autocancelamento da política (BROWN, 2015)¹⁴, tendo como laço social constitutivo a rejeição (e o pânico) em assumir a realidade inescapável desse próprio laço (uma sociedade cujo pacto fundamental é a fuga do pacto).

Vivemos, então, uma situação que reitera esse paradoxo. Mantendo a metáfora que dá título a essa sessão, em 1848 o relato de Tocqueville ecoa o sentido algo conservador do ceticismo com as mudanças, com a modernidade e com as consequências do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Esse tipo de ceticismo está referido a uma reflexão sobre a sociedade de massas (os cétricos do século XIX, não sabem o que fazer com as massas e acabam por aderir a repressão, como faz Tocqueville integrando o parlamento sob Napoleão III). Esse mesmo ceticismo político se vestirá ao longo de século XX de “realismo” e de “crítica” direcionados a uma ação negadora da política. O paradoxo do século XXI é que essa autoanulação política radicalizada pelo contexto de catástrofe é acompanhada por uma posição que simultaneamente nega a política e rejeita qualquer sentido realista/cético. Um movimento que empurra instâncias de mediação simbólica (como a imprensa, a academia, a ciência e, sobretudo, os partidos) para fora do processo de construção cognitiva da prática política (gerando, inclusive, menos confiança nos sistemas abstratos). Como uma espécie de inversão histórica da máxima de Lenin em *Que fazer?*: só há movimento “revolucionário” *sem* teoria revolucionária.

As nuances da relação entre a subjetividade do sujeito na pós-modernidade com a política foram bem descritas pelo psicanalista italiano Massimo Recalcati:

¹³ Sobre a leitura do cristianismo (paulino) como projeto político radical, que convida os sujeitos a arriscarem desapegar-se da Lei estabelecida em nome da criação do Novo, ver Žižek (2015).

¹⁴ Nessa obra, Brown (2015) realiza uma discussão sistemática, partindo de Foucault, sobre o neoliberalismo como razão normativa capaz de silenciosamente construir a anulação da democracia e da vida política em geral.

A era hipermoderna é a era do individualismo atomizado que se impõe sobre a comunidade, é a era do culto narcísico do Eu e do impulso compulsivo ao gozo imediato que desviam o circuito sublimatório da pulsão, impondo-se na forma de um inédito princípio de competência que situa o gozo mesmo como um novo dever superegoico. Todas as formas contemporâneas de desconforto da civilização, toda a nova psicopatologia com a qual o psicanalista hoje deve se confrontar refletem essa dupla tendência: de parte de um sujeito destacado da comunidade, atomizado, reduzido a pura máscara social, produto de uma identificação sólida, desinserido dos laços por um excesso de alienação aos semblantes sociais; por outro lado, o impulso da pulsão que rejeita a castração simbólica e sua necessária canalização sublimatória para estabelecer-se como impulso sadiano ao consumo do objeto, como exigência de obter um gozo sem passar pelo Outro (RECALCATI, 2010 apud VELIQ, 2019, p. 65-66.)

Veliq (2019, p. 65) afirma que na clínica contemporânea o que está em jogo é uma espécie de "anulação niilística do inconsciente", produzido por um processo que envolve o desaparecimento do Pai (metáfora do superego/Outro e da Lei) como efeito do discurso capitalista do gozo e do culto desenfreado do consumo. Diante disso, podemos pensar a forma como os sujeitos se colocam ante a necessidade da política a partir de certos traços da sociabilidade numa era em que a noção de "Outro" perde parte do sentido originário. Por um lado, uma sociabilidade marcada pelo reforço narcísico, onde o sujeito é excessivamente identificado com o semblante social. Há, nessa linha, uma espécie de preponderância do mundo objetivo sobre o subjetivo, onde o indivíduo hiperidentificado rejeita o processo da alteridade numa busca constante por adequação à norma social. O efeito mais notório desse tipo de sociabilidade é a aversão à contradição (mesmo que seja possível produzir-se algo a partir daí) e ao genuinamente novo (o ato *poiético*). Os desdobramentos recentes, em plena ebulição social e sanitária nos EUA, do caso da carta da Harper's Magazine são significativos disso (ON JUSTICE..., 2020).

Já a subjetividade ancorada na exigência imperiosa de gozo vetoriza um padrão de sociabilidade que dispensa qualquer mediação simbólica, com forte tendência à ação irrefletida. É possível observar a incidência dessa forma de subjetividade no abandono e precariedade do papel da atividade intelectual como mediação e referência para nossas vidas. Isso pode ser especialmente observado na maneira como tópicos de disputas cotidianas operam constantemente à flor da pele e assumem progressivamente o carácter moralista e absolutista de um sufocante "isso ou aquilo"/"tudo ou nada"¹⁵, marcando a recusa à dialética conceitual-histórica que permitiria aos sujeitos construir mapeamentos cognitivos¹⁶ que viabilizem um distanciamento produtivo das paixões e demandas imediatas. Inseparável disso, observa-se a insistente inconsistência do balizamento normativo das intervenções e uma carência coletiva de organização devido à ausência de referências comuns para decisões coerentes e dotadas de horizonte estratégico sólido. Em suma, uma vida política incapacitada pela impossibilidade de afirmar e estabelecer critérios.

¹⁵Uma reflexão sobre a incidência do autoritarismo no laço social do capitalismo contemporâneo, que se veicula sobretudo por intermédio desse absolutismo afetivo próprio ao individualismo fóbico, foi elaborada por Gisálio (CERQUEIRA FILHO, 2005).

¹⁶Sobre a noção de mapeamento cognitivo, elaborada por Fredric Jameson (1997).

A catástrofe da pandemia atinge justamente esse mundo neoliberal que tem assistido sua “implosão” institucional em câmera lenta, ao mesmo tempo que vem demonstrando a ativa persistência de seu universo imaginário/passional subjacente. Isso vem gerando um impasse que se expressa em duas dinâmicas opostas e intimamente vinculadas. Por um lado, o ordenamento e o horizonte neoliberal perdem sua aura de respeitabilidade e sua capacidade de fazer sentido perante a vida concreta, ao mesmo tempo que sua incidência sobre a vida social não cessa de se intensificar. O seu ideário econômico torna-se insustentável por completo, mas como resultado passa a ditar ainda mais a economia política do mercado global e dos Estados¹⁷; os sistemas políticos por ele hegemônicos desmoralizam-se agudamente, mas, como resultado, tornam-se ainda mais oligárquicos e refratários a qualquer mudança de rumo¹⁸.

Nesse ambiente de apego apaixonado a um mundo cujas instituições mostram-se apodrecidas, as únicas forças políticas realmente capazes de incorporar e organizar a energia da revolta e frustração generalizada são aquelas figuras obscuras/abjetas que trafegam no universo das obscenidades intrínsecas ao presente regime em suas respectivas configurações históricas. Lideranças que, a partir de um chamamento político perverso, são capazes de unir o apelo pela submissão irrestrita aos ditames do neoliberalismo com um desapego a qualquer consenso e pactuação social dada. Jair Bolsonaro, Donald Trump, Victor Orbán, Andrzej Duda... Em diferentes graus e por distintos caminhos, todas essas figuras elevam a missão de salvação da ordem vigente a um mandamento absoluto que volta-se contra o regulamento da própria institucionalidade a ser “salva”, sendo essa uma espécie de fórmula definidora da postura subjetiva perversa: “em nome da Lei nada é ilegal” (ŽIŽEK, 1992, p. 57–73).

Disso decorre o perigoso e desconcertante curto-circuito político experimentado ao redor do mundo devido à ascensão dessa modalidade perversa de exercício do poder no neoliberalismo. Essas lideranças aludem ao desapego emancipatório para com a ordem vigente, ao ódio libertador que rompe as amarras das coordenadas do mundo existente, apenas para afirmar de modo desimpedido (e algo carnavalesco) o apego às paixões próprias a essa mesma ordem. Esse curto-circuito torna-se viável na medida em que a camada de afetos e significações de cunho obsceno que existem atreladas à hegemonia estabelecida, sentidos que a instituição social nos educa para abraçarmos sempre de maneira recalcada e não-explicitada (afetos e significações que devem ser ocultadas de nós mesmos, existindo apenas “nas entrelinhas”), são significações que implodem o universo institucional se abraçadas e afirmadas explicitamente, ameaçando desfazer a hegemonia estabelecida.

Podemos observar esse paradoxo de “revolução reacionária” em estado puro no contexto brasileiro, no qual os aspectos mais viscerais e obscenos do imaginário social constitutivo da dinâmica política local há gerações – o “coração das trevas” da vida nacional vinculado sobretudo às marcas do colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006; STAVENHAGEN, 1963) – passa a ser expresso de modo quase explícito por Bolsonaro e sua base mais fiel. A brutal rejeição da efetivação da cidadania e dos direitos humanos das classes populares, que ecoa do medo (racista) de

¹⁷ Um das melhores reflexões sobre esse paradoxo da crise do neoliberalismo coincidindo com sua exacerbação está presente em Crouch (2011).

¹⁸ A dinâmica de acentuada oligarquização dos sistemas políticos nos regimes (neo)liberais contemporâneos foi elaborada sistematicamente por José Maurício Domingues (2019).

sua presença e de seu pertencimento ao corpo político nacional¹⁹; os afetos mórbidos e mortificantes que surgem a partir desse medo, construindo a (necro)política que trata as classes populares como desumanas e inimigas do Estado; o desejo sacralizado de pertencimento às nações ocidentais hegemônicas (sobretudo os EUA), que expressa-se na postura de submissão rastejante no plano geopolítico e viabiliza o aprofundamento do neoliberalismo e do desenvolvimento dependente. Todos esses traços passam a ser exibidos a céu aberto, sem muita preocupação com a “ordem das aparências” geralmente mobilizada em sua ocultação, abrindo a possibilidade para uma transformação reacionária da ordem social.

Por outro lado, as forças políticas de alguma forma voltadas para a transformação do atual regime demonstram poucos sinais consistentes de desapego para com os pactos e as coordenadas do mundo dado e, por essa razão, tendem a intervir no cenário político de modo impotente e vulnerável. Reféns de paralisia, sustentada por uma posição hiperidentificada, sendo frequentemente atropelados pelos acontecimentos, são alvos preferenciais nesse contexto. É esse o caso do que poderíamos denominar de liberais convertidos, a parcela das forças estabelecidas (capitalista e gestores/intelectuais) que passaram a pregar abertamente pela necessidade de mudanças no modo de acumulação e pelo rompimento com a ortodoxia em matéria de política econômica, distribuição de riquezas e defesa do meio ambiente (grupo que em tempos recentes conta até mesmo com a participação eventual das “bíblis” do financismo como FMI, The Economist e Financial Times). Sofrendo o impacto da desmoralização do regime e alvo do ódio/insatisfação crescente, tendem a discursar para si mesmos e para ninguém. Estando desvinculados de um projeto de mudança consequente, defendem a necessidade de transformações profundas enquanto demonstram amor e fé pela ordem atual.

Desapego Apaixonado

Não seria esse também o caso da denominada esquerda? Forças políticas (partidos, movimentos sociais, intelectuais e grupos de opinião) historicamente críticas ao capitalismo em geral e ao neoliberalismo em particular observam o regime contra o qual apregoam implodir ao mesmo tempo que colecionam uma sequência de derrotas em todo o mundo. As derrotas políticas experimentadas por esse campo estão diretamente vinculadas ao universo imaginário/passional reinante, posto que na encruzilhada histórica atual a esquerda encontra-se frequentemente “no meio do caminho”, demonstrando dificuldade flagrante para decisões substantivas, o que acaba por inserir tal campo político na posição de ser preferencialmente e duplamente culpado (e duplamente odiado). É preferencialmente culpado por sua retórica contrária às instituições atuais, tornando-se alvo num contexto em que o apego apaixonado ao regime demanda bodes expiatórios passíveis de serem identificados como causa da crise generalizada. É preferencialmente culpado, também, por sua carência de ódio e

¹⁹ O medo das classes subalternas, entendido nos termos da fantasia em Lacan (medo imaginário, *fantasmático*), é pensado como componente central que articula o exercício da autoridade (ARAÚJO, 2016). A suposição deste ensaio é que esse medo imaginário (excessivo) das classes populares é um traço central de uma memória social profundamente marcada pelo colonialismo interno também pertinente ao caso brasileiro. Sobre imaginário e medo no Brasil ver: Chalhoub (1988) e Batista (2009).

autenticidade no trato com as forças estabelecidas, sendo identificada como agrupamento político em cumplicidade com as oligarquias reinantes.

Portanto, o contexto do ocaso da esquerda global explica-se em grande medida por essa impossível situação de definir-se como força oposta a uma ordem da qual se recusa a desapegar-se. Luta contra o inimigo sem permitir-se realmente romper as pactuações que lhe são implicitamente impostas (estando, por isso, barrada de exercer sua potencialidade criativa). Por essa razão, tende a apresentar-se na cena pública enquanto agrupamento caricato. Um caso paradigmático dessa situação é o atual Labour Party britânico, que apresentou-se na eleição de 2019 como força socialista/multicultural antagônica à direita populista e defensora de profundas transformações na política econômica, em explícito embate com o neoliberalismo e as classes dominantes, ao mesmo tempo que era incapaz de oferecer resposta e posicionamento consequente em torno das mais básicas questões do embate político, a tal ponto que para a pergunta “o Reino Unido deveria permanecer na União Europeia?” foi incapaz de decidir por “sim” ou “não”, sofrendo sua maior derrota em quase um século.

Ao contrário da dita *extrema-direita*, na qual o apego apaixonado ao neoliberalismo expressa-se como chamamento político perverso, o apego apaixonado à ordem dada tende a expressar-se no âmbito da esquerda na postura moralista própria ao que Hegel denominou de bela alma (ŽIŽEK, 2012)²⁰. Parte da esquerda contemporânea é uma força social extensamente presa à armadilha de responsabilizar (culpabilizar) o Outro pela maldade reinante no mundo, inadvertidamente abrindo mão da política em nome do fascínio por ver-se na posição de superioridade moral perante os oponentes (explicando o paradoxo de ser uma força que oscila frequentemente entre agir com impotência fatalista perante os adversários e agir como se tivesse o rei na barriga). O olhar julgador da bela alma, que vasculha a realidade em busca da presença do mal e fascina-se com a imagem da pureza, traz consigo o amargo preço de estar para sempre abraçado ao mundo que condena, tornando a política em seu sentido decisivo (o exercício da autoridade como atividade criadora²¹) impraticável e fragilizando o cultivo das virtudes próprias à arte do poder. Num universo dominado pelas paixões morais, o uso criativo e estratégico da astúcia da raposa e da força do leão desaparecem no horizonte (a recusa em abraçar as Boas Novas trazidas por Maquiavel e, como Stendhal, o desconforto patológico com sua presença fantasmagórica é a marca decisiva da bela alma).

A pandemia de Covid-19 incide nas fundações desse cenário político vivenciado no neoliberalismo. Acirram-se as contradições e incertezas geopolíticas, em especial devido à confluência entre a crise atual e os impasses da crescente influência chinesa enquanto indústria do mundo. Sob o mote de razões reais ou inventadas, os sinais são de que as relações entre o império americano e o capitalismo de Estado chinês tendem a esgarçar-se intensamente, com a China buscando preservar o atual arranjo do regime de acumulação e os EUA buscando alterar esse arranjo de modo a impedir o cenário de declínio em seu poder relativo.

Por outro lado, os impasses internos a cada país também tendem a agravar-se a partir da crise, como em situações de aprofundamento das políticas neoliberais (cenário no qual os EUA parecem ocupar um papel paradigmático nessa pandemia).

²⁰ A noção de bela alma, referindo-se ao tipo de subjetividade que busca sentir-se em posição de superioridade moral perante um mundo corrompido – enquanto secretamente apega-se a ele e dele participa.

²¹ Sobre a relação entre *pathos*, autoridade e capacidade criadora ver Santner (2006).

Ademais, tais tensões podem vir a emergir também do uso emergencial de políticas propriamente keynesianas e de bem-estar social, tais como observadas sobretudo em diversos países da Europa, o que tende a aumentar os custos políticos de um retorno ao status quo neoliberal na União Europeia. É sobretudo da Europa, com papel destacado para a liderança da Alemanha, que os prospectos de algum rompimento significativo com a economia política e o discurso neoliberal por parte das forças dirigentes parecem reais, embora seja cedo para afirmar a profundidade e durabilidade desse possível giro.

Atravessando prolongada recessão, pagando o preço amargo de décadas de financeirização e ausência de um projeto nacional de desenvolvimento sólido, experimentando a ascensão de atores políticos perversos e de incompetência atroz em meio à desmoralização generalizada das instituições, somado à fragmentação e precariedade sem precedentes das forças progressistas, a pandemia atinge o Brasil com ares de uma dose extra de problemas. Após os esforços iniciais de quarentena serem sistematicamente sabotados pelo bolsonarismo, o vírus passou a alastrar-se livremente pelo território com um custo de centenas de milhares vidas em dados oficiais. Em consonância com a dinâmica do curto-circuito político quase diário, a incerteza parece ser a regra. A conhecida sombra da tutela militar que se pronuncia na vida política nacional soma-se aos temores de sublevação de grupos armados ligados a um presidente que – não obstante momentos de isolamento político aparentemente graves – demonstra-se firmemente capaz de manter a fidelidade de sua base e realizar pactuações estratégicas com setores oligárquicos.

Sendo esse o cenário que se apresenta nesse século XXI que, inaugurado pela catástrofe, oficialmente começa, nos resta (uma vez mais), repetir a pergunta decisiva: que fazer? A resposta para essa pergunta só encontraremos coletivamente, no decorrer das prolongadas e intensas lutas que se aproximam. Mas é certo que, se as forças políticas progressistas pretendem ter a esperança de prevalecer, será preciso cultivar aquilo que estivemos em grande medida impedidos de cultivar: a construção aberta dos pactos e a valorização das mediações políticas implicadas nessa construção coletiva (coerência, critérios, acúmulo de reflexões, estratégia, projetos de transformação sólidos).

“Ninguém se salva sozinho; a minha salvação não depende apenas de meus atos, mas também daqueles do Outro.” (RECALCATI, 2020, tradução nossa). Não é essa a grande lição da pandemia? Em uma época em que o “Outro não existe”, a Covid-19 nos expõe a impotência da nossa existência individual e recoloca no centro da vida política o valor da construção coletiva pelo ato paradoxal de isolamento. De uma forma um tanto inédita, recolher-se se converteu em um ato ético de sociabilidade solidária e não uma atitude individualista fóbica. É preciso recuperar o espaço de mediação simbólica, oferecer um centro às subjetividades, retirá-las do vazio e, em certa medida, retificar o Outro (enquanto ordem simbólica e conjunto geral de princípios fundamentais que dão suporte às relações sociais, e enquanto experiência de alteridade radical), um que saiba não excluir, não anular, não refutar, não silenciar, não preencher, não sufocar, não atormentar, reconstruindo padrões de confiança mútua (RECALCATI, 2004, p. 11). Não é exatamente essa postura que a emergência sanitária atual nos obriga a tomar²²?

²² É sintomático que Bolsonaro, por exemplo, reaja violentamente contra isso e invista contra padrões de confiança, que só se sinta confortável no meio de conspirações, *fake news*, na mentira, caos planejado (por isso mesmo mais obscuro).

Por sua vez, para que toda essa atividade seja possível, será preciso uma nova forma de relação com o sofrimento, as paixões e os afetos, ou seja, com o pathos. Será preciso uma forma de desapego, disso que existe em nós que desconsidera as demandas da ordem dada e não se abala em romper os laços, desfazendo-se mesmo daquilo que parece ser nossa âncora e nossa sustentação. E, também, uma forma de paixão pelo que não está dado, por certa imprevisibilidade, a paixão pelas Boas Novas que mantêm as chamas incandescentes mesmo no cenário gélido e faz da possibilidade de criação o seu verdadeiro parâmetro, enfim, um desapego apaixonado.

Considerações Finais

Com este ensaio, nos propomos a pensar a pandemia como um contexto abrangente de crise que (não obstante a multiplicidade das experiências que produz e a heterogeneidade dos contextos específicos com os quais interage) abalou a consistência dos universos simbólicos e afetou os mecanismos básicos de constituição do laço social, como a articulação da experiência temporal e a abertura (ou fechamento) do horizonte histórico. Esse abalo, mais do que uma “novidade” específica produzida pela conjuntura, corresponde, em nosso argumento, a uma radicalização das formas de subjetivação em relação à sociabilidade e à política produzidas pelo modelo neoliberal de expansão capitalista. Pela forma abrupta como se apresentou, contudo, a pandemia de Covid-19 abre um espaço para (e uma demanda por) um esforço interpretativo que permita inovações teóricas e experimentações analíticas capazes de captar as possíveis interações entre a conjuntura política contemporânea – marcada pela hegemonia neoliberal e pelas formas de subjetivação que lhe são correlatas – e a crise da pandemia.

Argumentamos, assim, que um dos potenciais impactos subjetivos da conjuntura da pandemia foi sua tendência a inscrever-se enquanto prática de radical alteridade e como abertura para a contingência inerente à vida social, materializada na experiência de desconforto temporal, de perda da fantasia de linearidade, coesão e controle quanto ao presente e, especialmente, quanto aos projetos de futuro. Precisamente por isso, a conjuntura analisada representa também uma importante oportunidade para o rompimento com os sentidos da ordem estabelecida e para o engajamento dos sujeitos com a possibilidade da poiesis, da criação (indeterminada) de novos sentidos e novos horizontes.

Um dos conceitos úteis para analisar essa conjuntura é, por isso, o de apego apaixonado (ŽIŽEK, 2008), já que ele permite pensar os vínculos afetivos inconscientes que transfixam os sujeitos com as coordenadas da hegemonia neoliberal que em grande medida define o horizonte histórico contemporâneo. Nesse horizonte do neoliberalismo pululam modalidades de subjetivação marcadas, dentre outras coisas, por posturas individualistas fóbicas em relação ao outro e pela visão negativa e pessimista em relação à política, manifestas em diversos dos desafios e impasses que emergem no contexto atual (tal como a ascensão, ao redor do mundo, de uma modalidade perversa de política no que é usualmente denominado como “populismo de direita”). Isso deixa cada vez mais distante o horizonte real de transformação e mudança.

Inversamente, superar os impasses da hegemonia neoliberal explicitados pelo contexto da pandemia (afinal, contextos de crise tendem a engatilhar a crítica

sobre processos sócio-históricos então naturalizados) envolve desatar o apego apaixonado que os sustentam. Nesse sentido, a noção de (des)apego mencionada na seção anterior emerge como uma possibilidade posta pela conjuntura de escapar aos apegos à ordem e como um convite à uma postura ativa, não paralisante, em relação à transformação.

Referências

- ARAUJO, Kathya. *El miedo a los subordinados: una teoría de la autoridad*. Santiago: LOM Ediciones, 2016.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na Cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 83–105, 1988.
- CROUCH, Colin. *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity, 2011.
- DOMINGUES, José Maurício. Political regimes and advanced liberal oligarchies. *Constellations*, Oxford, v. 26, n. 1, p. 78–93, mar. 2019.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (una redefinición). In: BORON, Atilio, AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *La teoría marxista hoy*. CLACSO, Buenos Aires, 2006.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press, 1997.
- LACAN, Jacques. Logical Time and the Assertion of Anticipated Certainty. In: LACAN, Jacques; FINK, Bruce. *Écrits: the first complete edition in English*. London: W. W. Norton & Company, 2006. p. 161–175.
- LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *Mediações*, v. 25, n. 2, p. 277–286, 2020.
- LEBLANC, Paul. Fauci: 'You don't make the timeline, the virus makes the timeline' on relaxing public health measures. *CNN*, New York, 26 Mar. 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/03/25/politics/anthony-fauci-coronavirus-timeline-cnn/index.html> Acesso em: 7 abr. 2020.
- MARGHERINI, Graziella. *La Sindrome di Stendhal*. Firenze: Ponte Alle Grazie, 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- ON JUSTICE and open debate. *Harper's Magazine*, [s. l.], Oct. 2020 Disponível em: <https://harpers.org/a-letter-on-justice-and-open-debate/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

RECALCATI, Massimo. A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 1–12, 2004.

RECALCATI, Massimo. *La nuova fratellanza*. 2020. Disponível em: https://rep.repubblica.it/pwa/commento/2020/03/13/news/coronavirus_la_nuova_fratellanza_1iberta_-251230782/. Acesso em: 10 abr. 2020.

SALLES, João Moreira. A morte e a morte. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ed. 166, jul. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTNER, Eric L. *On Creaturely Life: Rilke, Benjamin, Sebald*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2006.

SEWELL JUNIOR, William H. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Clases, colonialismo y aculturación. América Latina. *Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 1963.

TOCQUEVILLE, Alexis De. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

VELIQ, Fabiano. O conceito de “homem sem inconsciente” de Massimo Recalcati. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 52, n. 96, p. 63–72, 2019.

WANG, Chenyang. *Subjectivity In-between times: exploring the notion of time in lacan’s work*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*. O sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. *Incontinence of the Void: economico-philosophical spandrels*. Cambridge: MIT Press, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. *O absoluto frágil: ou por que vale a pena lutar pelo legado cristão?* São Paulo: Boitempo, 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Declaração de Co-Autoria: Ambos declaram que “trabalharam na elaboração deste texto [e] tiveram acesso ao corpus de pesquisa; participaram ativamente da discussão dos resultados e da escrita de todas as seções do texto; realizaram conjuntamente a revisão e aprovação da versão final do trabalho.”

*Minicurrículo dos Autores:

Francisco Julião Marins Bedê. Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2017). Doutorando em Sociologia junto ao mesmo Programa. Pesquisa financiada pela CAPES (Processos nº 88882.357536/2019-01 e 88887.468512/2019-00). E-mail: franciscojuliaomb@gmail.com.

Gabriel Souza Cerqueira. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2014). Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa financiada pela CAPES (Processos nº 88882.456773/2019-01 e 88881.362001/2019-01). E-mail: gabrielscerqueira@gmail.com.